



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

DIPLOMAS RELEVANTES

PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA



GABINETE JURÍDICO

DE 13 A 17 DE SETEMBRO | 2021

[PORTARIA N.º 192-A/2021](#)

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL E FINANÇAS

Regulamenta a Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas

[PORTARIA N.º 193/2021](#)

FINANÇAS E PLANEAMENTO

Estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)

PORTARIAS DE EXTENSÃO

[PORTARIA N.º 191/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão das alterações do acordo de empresa entre o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos – SINTAP

Cofinanciado por:



[PORTARIA N.º 192/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão do contrato coletivo e sua alteração entre a Associação Portuguesa da Indústria de Ourivesaria - APIO e a Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas – FIEQUIMETAL

[PORTARIA N.º 195/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão do acordo de empresa entre a EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A., e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal

[PORTARIA N.º 196/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão do contrato coletivo entre a Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves - ANCAVE e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - SETAAB

[Portaria n.º 197/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão do contrato coletivo entre a AHSA - Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - SETAAB

JURISPRUDÊNCIA**[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 545/2021](#)**

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 3.º da [Lei n.º 16/2021](#), de 17 de abril, na parte em que adita o artigo 4.º-C ao [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro (estabelece medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas

presenciais), e, através deste, altera os n.os 7 e 8 do artigo 23.º e os n.os 7 e 8 do artigo 24.º, ambos do [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março; não declara a inconstitucionalidade da norma do artigo 2.º da [Lei n.º 16/2021](#), de 7 de abril, na parte em que introduz uma alínea b) do artigo 1.º do [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 3.º da [Lei n.º 16/2021](#), de 7 de abril, na parte em que adita o artigo 4.º-C ao [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro e, através deste, altera os n.os 2 e 3 do artigo 24.º do [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 2.º da [Lei n.º 16/2021](#), de 7 de abril, na parte em que altera o n.º 2 do artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 2.º da [Lei n.º 15/2021](#), de 7 de abril, que alterou, em sede de apreciação parlamentar, o n.º 6 do artigo 3.º do [Decreto-Lei n.º 6-E/2021](#), de 15 de janeiro; ressalva, nos termos do n.º 4 do artigo 282.º da Constituição, por motivos de segurança jurídica e de equidade, os efeitos produzidos pelas normas declaradas inconstitucionais, até à publicação deste Acórdão no Diário da República

Nota: Acórdão de apreciação de possíveis violações da chamada “norma-travão”.